

A FORMAÇÃO INTEGRAL E SUA RELAÇÃO COM A BRINCADEIRA E O FOLCLORE

*Joelma de Paula¹
Vanderlei Barbosa²*

RESUMO:

A temática sob a qual o presente trabalho se debruça está na reflexão pedagógica sobre as contribuições da brincadeira e do folclore para a formação integral do educando da etapa da Educação Infantil. Nosso ponto de partida são as afirmações presentes em diversos documentos a respeito da educação brasileira que indicam que esta possui três finalidades: a formação para a cidadania e para o mundo do trabalho, e o pleno desenvolvimento do educando. Depois disso, o artigo mostra como a brincadeira é encontrada nos documentos sobre a etapa aqui estudada. Para enriquecer o debate, buscou-se mostrar de que maneira a pedagogia, a filosofia e a sociologia compreendem que a brincadeira e o folclore podem contribuir com essa formação integral proposta pelos documentos.

Palavras-chave: Educação Infantil; brincadeira; folclore; lúdico.

ABSTRACT:

This present article aims to analyze the relationship between the complete formation of students, plays and folklore. In a more specific way, we aim to analyze this in the Childhood education phase. The propositions find in a variety of legal documents about Brazilian education are our starting point. In these documents, we find three goals of Brazilian educational system: the formation to the citizenship and to the work, and the complete development of the student. After this, this article shows how plays can be find in the documents about childhood education. For make our point about this relationship more strength, we show how pedagogy, philosophy and sociology understand how plays and folklore can contribute to this full development.

1 Graduanda do 9º período do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Lavras. E-mail: joelma.paula@estudante.ufla.br

2 Doutor em Educação, área de concentração Filosofia, História e Educação, pela UNICAMP. Professor de Filosofia da Educação da Universidade Federal de Lavras- UFLA. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UFLA e Coordenador e pesquisador do Grupo de Pesquisa Movimento, sabedoria, ideias e comunhão - MOSAICO. E-mail vanderleibarbosa@ufla.br

Keywords: Childhood education; plays; folklore; ludic.

1. INTRODUÇÃO

A formação integral e sua relação com a brincadeira e o folclore é o tema que elegemos para refletir nessa pesquisa de trabalho de conclusão de curso. A formação integral na educação infantil é feita de brincadeira e o folclore é um elemento rico de fantásticas possibilidades lúdicas. A brincadeira e o folclore, na nossa percepção, são dimensões que constituem a base da formação humana, cidadã e emancipatória.

Este artigo, resultado de pesquisa de trabalho de conclusão de curso, tem como objetivo refletir, didaticamente, sobre as contribuições da brincadeira e do folclore à formação integral na educação infantil. Ao longo do desenvolvimento da análise, vamos ancorar, nossos argumentos, especialmente em *Homo Ludens* (2000), obra de Joseph Huizinga, em cotejamento com os documentos que regem a educação brasileira, a saber: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; a Constituição Federal; o Estatuto da Criança e do Adolescente; o Plano Nacional da Educação; a Base Nacional Comum Curricular.

Como roteiro de exposição, nossa reflexão será dividida em duas partes: na primeira, buscamos expor a perspectiva do papel da brincadeira na educação infantil; na segunda, defendemos a importância do folclore na cultura brasileira; na última parte, propomos uma reflexão sobre o papel da brincadeira e do folclore na educação infantil a partir do que apontam alguns trabalhos, como o de Roveri (2014).

2. METODOLOGIA

A pesquisa que dá origem a esse artigo é de natureza qualitativa, baseada numa análise bibliográfica e documental (MARCONI; LAKATOS, 2010). Neste sentido, as linhas que se seguem propõem uma discussão acerca desses textos, buscando pensá-los junto à Filosofia, à Sociologia e sobretudo à Pedagogia.

Com o intuito de produzir reflexões através dos textos, as obras aqui analisadas tiveram sua escolha baseada na relevância do autor ou da autora sobre o tema. Evidentemente, escolher Hannah Arendt, Bastide, Huizinga não se fundamenta pelo lapso temporal, mas pelas importantes reflexões que são possíveis de fazer a partir

deles. Acreditamos profundamente que boas reflexões não envelhecem, mas tornam-se clássicos a partir dos quais é possível pensar o mundo contemporâneo e questões sempre novas.

O percurso metodológico deste trabalho tem início nas conversas a respeito das brincadeiras, do folclore, e da educação infantil quando nos bancos da graduação. Outro ponto importante foram as análises de documentos realizadas em muitas disciplinas da graduação, que forneceram as bases legais do que aqui está escrito.

Por fim, deve-se notar o contato com autores como Huizinga, que também se deu no percurso da formação em Pedagogia dentro da Universidade Federal de Lavras.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. O papel da brincadeira na educação infantil

A Educação Infantil constitui, juntamente com Ensino Fundamental e o Ensino Médio, o que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96 – LDB) denomina Educação Básica. Trata-se, portanto de uma etapa da vida dos estudantes que busca desenvolver nestes a finalidade da Educação tal qual preconiza a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 205: o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Não se trata somente de uma etapa em que a criança é encaminhada a escola para passar o tempo. Ao contrário, em virtude do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), a criança é reconhecida como sujeito de direitos, em etapa de desenvolvimento peculiar, constando entre estes o acesso à educação (complementado pela LDB como direito ao acesso e à permanência na escola – conforme consta no artigo terceiro da referida legislação).

Em razão do anteriormente exposto, estabelece-se no Plano Nacional da Educação (PNE) o que se chama de direitos de aprendizagem. Acompanhando a legislação educacional mais recente, trata-se do conjunto de aprendizagens essenciais, uma série de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que, mobilizando-os, expressam-se como competências, como consta na Base Nacional Comum Curricular (BNCC – BRASIL, 2017).

Para a Educação Infantil, o documento anteriormente citado elenca seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento. De acordo com a BNCC (BRASIL, 2017), são

eles: *conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se*. Dentre estes, para os propósitos aqui suscitados, cumpre acompanhar o que a Base sugere sobre a brincadeira. Diz a norma curricular nacional que:

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. (BRASIL, 2018, p. 38)

Desta forma, a criança que é reconhecida como sujeito de direitos, tem espaço na educação para desenvolver-se através das brincadeiras. Notadamente, também aqui deve-se verificar que as brincadeiras podem, ou não, serem inspiradas em temas folclóricos. Contudo, a proposta folclórica parece favorecer, no sentido para o qual encaminha o documento, tornando a brincadeira um momento de ampliação do repertório cultural do estudante.

Outro documento importante é o Parecer CNE/CEB 20/2009 (BRASIL, 2009) aponta para a nova compreensão da Educação Infantil como direito social da criança e dever do Estado com a Educação. Do ponto de vista legal, a Educação Infantil constitui-se como primeira etapa da Educação Básica, visando o desenvolvimento integral da criança. Este desenvolvimento integral é pensado a partir do que o parecer compreende como princípios básicos, a saber: éticos, estéticos e políticos.

Antes de compreender o que são estes princípios, cumpre observar o que significa cada uma destas palavras em seu sentido filosófico. A palavra ética indica um código de condutas, costumes morais. Niccola Abbagnano, em seu dicionário de Filosofia, traz uma palavra cunhada pelo filósofo alemão Hegel que pode nos auxiliar a compreender, que é a eticidade. Segundo Abbagnano (2007), a eticidade é a realização do que é bom em instituições objetivas, não sendo subjetiva como a moralidade. Neste sentido, o que pensamos aqui sobre princípios éticos são os princípios que são partilhados pela sociedade civil como um todo. Não se trata de uma moralidade mesquinha e puritana, mas de valores da ética universal.

O termo estética entrou para a História da Filosofia a partir do filósofo alemão chamado Baumgarten. Este termo deriva do grego *aisthesis*, que quer dizer sensibilidade. O tratado da estética é o estudo das relações entre o homem e o belo, sobre os modos de fruir a beleza, sobre a existência ou não de um belo em si (ABBAGNANO, 2007). Ao tratarmos sobre os princípios estéticos estamos tratando

sobre a multiplicidade de linguagens que podem ser apresentadas às crianças para que se relacionem com a arte. Além disso, trata-se da beleza das próprias relações, e do conhecimento das diversas formas de cultivar a sensibilidade artística nas mais diversas culturas.

Por fim, a política tem como ponto de partida a organização do corpo social tendo em vista o bem comum (ABBAGNANO, 2007). Neste sentido, cumpre pensar modos pelos quais os educandos são levados a pensar o bem comum e ao desejo de exercer a cidadania.

Sobre os princípios éticos, o parecer denota que eles são: a valorização da autonomia, responsabilidade, sensibilidade, etc. (BRASIL, 2009). A autonomia é a capacidade de desenvolver-se de maneira independente. Dentro da Filosofia, muitos autores definem a autonomia como uma certa capacidade de autolegislação do indivíduo. Contudo, quando se pensa sobre o termo na linguagem corrente, usa-se dele para dizer que uma criança é capaz de realizar certas atividades com pouco auxílio de adultos, ou até mesmo nenhum. Uma criança com cinco anos é dita mais autônoma do que uma de dois anos na medida em que é mais capaz de passar tempo com seus brinquedos, pedir por alimentação de maneira assertiva, solicitar por programas de televisão a serem assistidos, entre outros pontos.

A responsabilidade é uma decorrência da autonomia, enquanto compreende-se a última como desenvolvimento de uma independência e, em decorrer disso, de uma liberdade. Neste sentido, a responsabilidade é desenvolvida na medida em que a criança deve lidar com as consequências daquilo que ela fez de maneira autônoma. Enquanto indivíduo, a criança deve desde o princípio compreender-se como livre para escolher os fins e os meios de suas ações, mas de certa maneira condenada a lidar com as consequências de seus atos.

Quanto à sensibilidade, trata-se da capacidade da criança de desenvolver nelas certas características que são propriamente humanas. É a empatia, a capacidade de reconhecer sentimentos dos outros, a própria habilidade em si de sentir e expressar suas emoções.

Por princípios políticos, compreende-se dos direitos da cidadania, o exercício da criticidade, e o respeito à ordem democrática. Neste sentido, a Educação Infantil deve trilhar o caminho de educar para a cidadania, analisando se suas práticas educativas de fato promovem a formação participativa e crítica das crianças e criam contextos que lhes permitem a expressão de sentimentos, ideias, questionamentos, comprometidos

com a busca do bem-estar coletivo e individual, com a preocupação com o outro e com a coletividade (BRASIL, 2009).

Por fim, o parecer destaca o princípio estético. É preciso desenvolver nos educandos a valorização da sensibilidade, da ludicidade e da diversidade das manifestações artísticas e culturais. Note-se que o atrelamento de ética e estética não é novidade do texto do parecer, mas já se encontrava em Freire, que dizia “A necessária promoção da ingenuidade à criticidade não pode ou não deve ser feita à distância de uma rigorosa formação ética ao lado sempre da estética. Decência e boniteza de mãos dadas” (FREIRE, 2020, p. 34).

Quanto à ludicidade, em *Homo Ludens*, Huizinga (2000) aponta que o lúdico possui um papel central na cultura em geral. Trata-se do jogo, da brincadeira, como meio para a aquisição de regras sociais. É a partir dele, na Educação Infantil, que podemos compreender o papel de formação cidadã e pleno desenvolvimento da pessoa humana que a educação ocupa.

A obra de Johan Huizinga (2000) tem como objetivo integrar o conceito de jogo no conceito de cultura. Para o autor, é no jogo que a cultura se desenvolve. A partir disso, no primeiro capítulo (*Natureza e significado do jogo como fenômeno cultural*) o autor postula que o jogo possui uma função significativa, possuindo um sentido determinado, que é dado pelas relações interpessoais. Analisando as teorias sobre o jogo de diversos campos do conhecimento, torna-se possível afirmar que o jogo está ligado a algo além dele, tornando-se forçoso descobrir qual é esta natureza própria do jogo.

Em *O jogo e a competição como funções culturais*, o autor compreende que, embora o jogo não possua um lugar de primeiro plano entre as diversas atividades ditas civilizadas, não se pode excluir do fato que, de alguma maneira, a cultura surge sob a forma de um jogo, sendo, de certa forma, jogada. O autor esclarece que, no jogo, encontram-se os elementos antitéticos e agonísticos que constituem a civilização. Ou seja, no jogo já se encontram as oposições e combates que constituem a cultura e a civilização.

No sexto capítulo, o autor destaca a relação entre jogo e conhecimento, através da prática, comum em rituais, de concursos de enigmas. De fato, ser sábio significava para o homem primitivo um poder mágico, pois o conhecimento relacionava-se com a ordem cósmica. É a própria palavra que organiza o cosmos. Os milagres são próprios a sabedoria esotérica, e são eles que quebram e reorganizam a ordem do cósmicos. Por isso, no princípio, o jogo de enigmas é sagrado, tanto quanto o próprio sacrifício. O

autor ressalta o exemplo de Calcas e Mopsos, quando este vence aquele em concurso de enigmas, o perdedor suicida-se, pois havia perdido sua honra. Huizinga (2000) também nos auxilia, como visto, a demonstrar as relações entre as brincadeiras e o folclore.

No entanto, parece não bastar formar cidadãos. É preciso retomar o próprio sentido comum, que é da Educação a função de repassar para os novos habitantes deste mundo. Segundo Arendt (2007), o professor tem papel de representante do mundo dos velhos diante das crianças. É sua função passar para estas crianças os sentidos que as coisas obtêm, e que, caso no futuro elas queiram criar um mundo novo, elas possam fazê-lo. O folclore é, evidentemente, parte da tradição brasileira que mais dialoga com a questão do sentido comum. Neste sentido, a retomada do folclore e da brincadeira podem ser meios de fortalecer o sentido comum na formação dos novos cidadãos.

Huizinga (2000) compreende que o jogo possui uma realidade autônoma, sendo encontrado na cultura como um elemento dado, uma função da vida, que não é possível de ser definida em termos lógicos, mas apenas apontar suas características que são: liberdade, não ser vida corrente ou real, desinteressado (pois sua finalidade obedece o que é exterior aos interesses materiais imediatos e à satisfação individual de necessidades biológicas), sendo também distinto da vida comum. É a partir dele, na Educação Infantil, que podemos compreender o papel de formação cidadã e pleno desenvolvimento da pessoa humana que a educação ocupa.

Esta perda do sentido comum relaciona-se com uma divisão do mundo que a autora faz, que é entre o mundo do Pensar e o do labor (2007). Segundo a autora, a prevalência de uma sociedade tecnicista, do labora, em detrimento da sociedade do Pensar, faz com que temas de História, Filosofia, Sociologia, Arte, sejam preteridos em nome daqueles temas que se envolvem diretamente com o setor produtivo. Conseqüentemente, há uma perda do sentido comum.

Segundo Arendt (2007), o professor tem papel de representante do mundo dos velhos diante das crianças. É sua função passar para estas crianças os sentidos que as coisas obtêm, e que, caso no futuro elas queiram criar um mundo novo, elas possam fazê-lo.

3.2. A importância do folclore na cultura brasileira

O folclore é, evidentemente, parte da tradição brasileira que mais dialoga com a questão do sentido comum. Neste sentido, a retomada do folclore e da brincadeira

podem ser meios de fortalecer o sentido comum na formação dos novos cidadãos. Segundo Carmo e Caetano (2020, p. 67):

Benjamin (2008) define o folclore como um conjunto das criações culturais de uma comunidade, baseado nas tradições individuais e coletivas de identidades sociais, nas quais os fatores de identificação das manifestações folclóricas estão ligados à aceitação coletiva, à tradicionalidade, à dinamicidade e à funcionalidade.

Um importante trabalho acerca do Folclore Brasileiro é o de Roger Bastide (2015). O autor é um, entre tantos outros, professores franceses que vêm para o Brasil no princípio da fundação dos departamentos relacionados às Ciências Humanas na Universidade de São Paulo, a USP. Juntamente a ele veio também o importante antropólogo Claude Levi-Strauss. Entre suas contribuições, Bastide foi orientador de algumas das pesquisas realizadas por Florestan Fernandes e Antônio Cândido, nomes de alto relevo na intelectualidade brasileira, um na Sociologia e outro na Literatura.

A leitura proposta por Bastide (2015, p.39) é a de que “O folclore só é compreensível quando incorporado à vida da comunidade.” A questão toda para o autor é que durante muito tempo, as pesquisas monográficas a respeito do tema focaram em análises que o tornaram peças de museu, não coisas vivas. É preciso situá-lo no interior dos grupos que o produzem.

Em sua obra, *Sociologia do folclore brasileiro*, poderemos observar como o autor desenvolve como surge e se desenvolve os aspectos folclóricos da nação. Segundo o autor (BASTIDE, 2015), a construção da mitologia folclórica e seu aprendizado e transmissão auxiliam na construção de um patriotismo, forma de elemento básico da constituição de um sentimento nacional.

Notadamente, não se fala aqui de um patriotismo aos moldes do ufanismo proposto pela ditadura militar brasileira (1964-1985). Não se trata da construção de uma nação brasileira segundo a qual ou o indivíduo a ama, ou deve deixá-la, ponto em que o amor-sentimento confunde-se com a aceitação de certas determinações políticas. Trata-se aqui da formação de uma nação a partir de um ideal de coletividade. O *rapper* Leandro Roque de Oliveira, mais conhecido como Emicida, recentemente fez uma reflexão importante sobre esta formação da nação brasileira em uma entrevista ao também *rapper* Mano Brown. Segundo Emicida, a formação de um sentimento de nação brasileira deve passar por tratar algumas feridas que estão abertas, mas não são

faladas, como o racismo. É possível compreender que o folclore pode servir para o tratamento destas feridas na construção desse sentimento de nação.

A formação da nação brasileira é algo que Bastide (2015) pontua como um diferencial entre o folclore daqui e o folclore europeu. Primeiramente, deve-se levar em consideração que o país é geograficamente diferente do continente europeu. O Brasil possui um território equivalente à metade da Europa. Soma-se a isso a formação do povo brasileiro, que também pode ser lida em Darcy Ribeiro (1995), é diversa: trata-se da união entre três povos de origem distintas – a Europa, a África e a América.

Ainda assim, mesmo que reduzamos estes povos às suas origens, deve somar-se aos fatos de não haver nenhum tipo de homogeneidade entre os povos nativos ameríndios, pois dividiam-se em tribos com culturas diferentes, e os povos africanos, que também dividiam-se em tribos e nações. No tempo presente também se encontram essas distinções, como afirma o autor de *Sociologia do Folclore Brasileiro*:

Além disso, a sociedade brasileira não é homogênea: há os grupos dos agricultores e há o grupo dos pescadores, há os criadores de gado do sertão do Ceará e há os domadores de cavalos dos pampa sulino. Cada um desses grupos tem um folclore diferente. (BASTIDE, 2015, p. 40)

Há, desse modo, uma diversidade de folclores que por vezes encontram-se, mas que também se distanciam. São os folclores dos orixás, os folclores católicos, os folclores dos povos nativos, os folclores do povo sulino, do povo do norte. Nesse caldo diverso é que se forma o que quer que se possa chamar de folclore brasileiro. Também desse modo não se excluem destes folclores as tradições religiosas das mais diversas origens. Por exemplo, há um costume sul-mineiro que é o de cobrir as imagens sagradas do catolicismo (os santos) durante o período de quarenta dias que antecedem à celebração da Páscoa, isto porque, segundo a tradição, os santos estariam chorando.

Somam-se a essas tradições folclóricas a celebração das festas juninas, os dias de Cosme e Damião (importante celebração dos erês, relacionado às religiões de matriz africana). Também se adicionam as histórias folclóricas, os Sacis-Pererês, os boitatás, as Iaras. Dois aspectos importantes que Bastide (2015) enuncia são o seguintes usos do folclore: a interpretação da realidade e sua função policialesca.

Sobre o primeiro, cumpre dizer que o autor destaca o modo como o folclore auxilia as pessoas a interpretar o mundo que as cerca. De certa forma, é possível localizar o folclore na etapa mítica em que se interpreta a natureza através de símbolos místicos e religiosos, não pela razão – algo parecido com o que acontecia na Grécia anterior ao surgimento da Filosofia. O exemplo dado por Bastide (2015) é o seguinte: se

na França, no dia de Saint Médard, que é 8 de julho, chover, isto significa que este evento meteorológico voltará a ocorrer pelo período desejado. Também no Brasil ocorre a mesma situação com o dia de São José (19 de março) – caso neste dia se faça um tempo bom, significa que choverá no inverno.

O sociólogo nota que, da parte dos portugueses, fora necessário rever algumas das previsões folclóricas que eles possuíam em sua terra natal. Era necessário adaptar de acordo com as relações sociais novas, como também com a morfologia dos grupos, os sexos, as idades e até mesmo o clima das estações. Desta forma, segundo Bastide (2015), o folclore viveria num plano material. O autor soma a isso o plano espiritual: o folclore vive na formação da consciência dos homens, dos seus sentimentos.

Neste plano que, especialmente no Brasil, o folclore adquire certa função policialesca. Principalmente o folclore relacionado às matas e às florestas têm essa forte característica. Segundo o autor:

Os espíritos têm apenas uma função policial – polícia de caça (defesa dos animais contra o massacre de caçadores) e polícia da criança (impedi-la de afastar-se das proximidades das habitações, de sair de casa à noite, de chorar em vez de dormir em sua rede). (BASTIDE, 2015, p. 45).

Um bom exemplo desta função policialesca dos mitos brasileiros está no boitatá. O papel desta criatura mágica de nosso folclore é o seguinte: o boitatá é uma cobra-de-fogo que protege os campos, as matas e as florestas do incêndio, pois queima aqueles que colocam fogo nesses espaços. De fato, o boitatá tem sua mitologia derivada de uma explicação de um fato da realidade: o fenômeno do fogo-fátuo. O fogo-fátuo seria uma luz que apareceria a noite, em terrenos pantanosos ou sepulturas, atribuída à combustão dos gases provenientes da decomposição dos materiais orgânicos presentes no solo.

Desse modo, as origens do folclore vinculam-se a uma tentativa de explicar a realidade, como também de servir de vigia e proteção. Esta diferença Bastide (2015) pontua entre o folclore brasileiro e o europeu. No Europeu, em especial em festas como o Carnaval, os espíritos são convidados para celebrarem juntamente ao mundo dos vivos, sem que isso tenha alguma intenção ritualística. Trata-se pura e simplesmente de uma celebração, o que não costuma ocorrer nas histórias folclóricas brasileiras.

As contribuições dos povos africanos têm muita relação com sua resistência. A capoeira, pensada como dança, mas também arte para defesa. Os líderes religiosos dos terreiros, que se tornavam líderes da resistência. Mesmo as figuras cultuadas, os orixás, que têm relação com a justiça, com a paz, com a palavra.

3.3. Reflexões acerca do brincar com o folclore

Trabalho relevante sobre o tema desta pesquisa é o realizado por Roveri (2014). A partir da história do saci-pererê a autora investiga como que alguns conceitos podem ser apreendidos por crianças a partir da lenda e das brincadeiras. Estes personagens, como enfatiza a autora, são criações do imaginário. Tendo isso em vista, sabe-se que estes encaminham a Educação Infantil para o princípio estético. Além disso, Roveri (2014) aponta para a necessidade da preservação dos bens culturais não com fins de conhecimento do passado, mas buscando trazer a tona a dimensão histórica e temporal do próprio homem.

O fato de o saci-pererê ser um menino negro contribui para a apreensão dos princípios políticos e éticos da Educação Infantil. Em especial, diante da personagem, as crianças podem exercitar a alteridade, enquanto reconhecimento de si mesmo nas suas diferenças com o outro. Desse modo, o trabalho com folclore brasileiro em sala de aula deve ser refletido como formas de memória, pertencimento e reapropriação. Por conta disso, a lenda parece ocupar um espaço bastante relevante para este momento educacional que a autora trabalha, com crianças entre 2 e 6 anos de idade, como ela enfatiza.

A autora (ROVERI, 2014) denota que é preciso pensar estes estudantes como sujeitos da experiência. Como tal, são chamados a observar as coisas que estão ao seu redor, buscando experimentá-las. Fenômenos observados, como o vento, a queda das folhas das árvores, entre outros, auxiliam aos alunos na construção de suas imaginações. Por conta disso, pode-se afirmar que há um espaço, a partir do trabalho com o folclore, para um avanço e expansão da criatividade dessas crianças.

Brincar com o folclore, também auxilia a criança na socialização. A BNCC, em seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento da Educação Infantil, citado anteriormente, ressalta a convivência. Como direito de aprendizagem, conviver constitui-se nas relações que as crianças devem ter, tanto com aqueles de sua idade quanto com os adultos. Roveri (2014) enfatiza em seu trabalho que a experiência acerca das atividades sobre o saci juntamente aos alunos e às alunas levou com que eles interagissem entre eles, como também teve como consequência a inclusão dos pais nas brincadeiras escolares. Sobretudo, as experiências com o folclore criaram situações significativas de encontro e convívio com o grupo.

Outro ponto enfatizado pela autora em seu artigo é do saci-pererê enquanto representação da ideia de liberdade. O seu locomover com o vento reforça uma ideia de liberdade que é importante para vida das crianças. Além disso, quando o indivíduo se reconhece como ser livre, autônomo, ele é capaz de atuar de maneira ética. Freire (2020) aponta que o que nos faz sermos seres éticos é, justamente, a capacidade de agir de outra maneira, de questionarmos as motivações de nosso agir enquanto humano. Isto se chama liberdade.

Na política, o reconhecimento da liberdade atua na luta pelo reconhecimento das liberdades e dos direitos. Autores como Amartya Sen (2018) consideraram uma sociedade como desenvolvida na medida em que um indivíduo possui a capacidade de crescer de maneira livre e espontânea. Para isso, é necessário que seja mantido algumas liberdades fundamentais, que são cinco: oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Reconhecer-se livre, portanto, é parte do próprio processo de desenvolvimento econômico e social. As crianças podem reconhecer-se livres também na possibilidade que possuem de criar outros significados para objetos em seu entorno a partir do folclore (ROVERI, 2014).

Outro ponto que a autora denota, que acompanha o que tentou-se reforçar neste texto a partir de Arendt, está no papel do folclore como explicação do mundo (ROVERI, 2014). O saci-pererê é uma explicação do mundo, como também relembra a história do Brasil, de um passado que ainda assusta, que é o da escravidão. Um menino que tem sua perna amputada ao ser açoitado, torna-se representação da liberdade, como também explicação para algumas coisas fora do lugar.

A etapa da Educação Infantil, na medida em que se constitui como primeira etapa da Educação Básica, também é recomendado que ela desenvolva habilidades de leitura, ou ao menos de incentivo. Em seu artigo *A utilização do folclore no incentivo à leitura: percepções de docentes da Educação Infantil*, as autoras Natália Caetano e Amanda Carmo (2020) buscam evidenciar de que modo o folclore pode ser utilizado neste sentido, trazendo também a opinião de docentes que atuam nesta etapa a fim de fundamentar seus argumentos e as leituras teóricas sobre o tema, que também são apresentadas.

Um dos pontos que as Caetano e Carmo (2020) evidenciam primeiramente é o fato da etapa da educação infantil ser bastante permissiva quanto aos recursos pedagógicos a serem utilizados. Enquanto em outras etapas, como o Ensino Médio, os caminhos para a prática docente são escassos e quase que pré-definidos, a etapa inicial

da Educação Básica possui uma variedade de possibilidades. Isto ocorre por conta da própria natureza das crianças, que chegam à creche e à pré-escola com muita curiosidade em compreender o mundo que está ao seu redor. E a forma de conhecer da criança é, sobretudo, a experiência. Por conta disso, há uma variedade de recursos que devem permitir que os alunos e alunas possam fazer e conhecer fazendo as coisas que o cercam.

Dentre este leque de oportunidades para a prática pedagógica encontrada na Educação Infantil, chama atenção a presença dos contos folclóricos. As crianças conhecem esses através de muitos modos: teatro, contação de histórias, cantigas de roda, fantoches, entre outros (CAETANO; CARMO, 2020). É um ponto relevante como aqueles que vivem sua infância atualmente perderam essa referência de folclore passando na TV aberta. Muitos de nós, nascidos entre os anos 1980 e 2000, tivemos acesso a tradição da cultura popular brasileira assistindo, desde novos, a programas como o *Sítio do Pica-Pau Amarelo*, série infantil baseada na obra homônima de Monteiro Lobato. Hoje, as crianças estão muito mais voltadas a desenhos produzidos por estúdios estrangeiros, os quais já não estão mais vinculados à transmissão pelos sistemas de televisão aberta, mas a serviços de *streaming*.

Esta situação pode levar a uma outra reflexão quanto a massificação das sociedades através do consumo de serviços de *streaming* e como isso influencia nas crianças. Um ponto salutar que cabe lembrar é a função do folclore, também trazida pelas autoras (CAETANO; CARMO, 2020), de preservação da cultura, da identidade, da cidadania e da nacionalidade. O momento no qual há um afastamento desta cultura local, comum, em favor de outra, que é importada, há uma notável diminuição da relação destas crianças com seu país. Ademais, o consumo desta cultura e a celebração destas tradições são importantes para a formação da consciência coletiva, como apontava Durkheim (QUINTANEIRO, 2013). Faz parte da formação de sentimentos morais que atrelam o indivíduo à sociedade em que ele se insere. Ainda mais quando se trata da formação das crianças, que devem conhecer e preparar-se para viver numa sociedade determinada, o afastamento deles desta sociedade pode ser prejudicial.

O que se pretende afirmar nesta breve reflexão a respeito da relação folclore e serviços de *streaming* é, primeiramente, a necessidade da escola fundamentando e proporcionando experiências com aquilo que forma o pensamento e a cultura local. Em segundo lugar, que o uso do *streaming*, apesar de útil e prazeroso, deve ser comedido ou, até mesmo, mediado por um adulto.

Retornando à discussão acerca da relação entre o folclore e o incentivo à leitura na Educação Infantil, é importante apontar quais benefícios o desenvolvimento desta última atividade traz para as crianças. Além do tempo presente, com o avanço da cultura digital, que tornou a sociedade cada vez mais grafocêntrica, em que há pouco, ou nenhum espaço, para indivíduos não-alfabetizados, as crianças quando incentivadas à leitura através de atividades como as cantigas de roda, a contação de história, desenvolvem a linguagem, despertam a sua criatividade e ampliam seu vocabulário (CAETANO; CARMO, 2020).

As atividades que se relacionam com o folclore também proporcionam a interação entre professor e aluno. A BNCC define a etapa da Educação Infantil como um espaço em que o ensino deve estar aliado ao cuidado, buscando desenvolver a criança da melhor maneira possível, completando a educação familiar. Neste sentido, o uso de histórias folclóricas, a pintura de personagens, a contação de histórias, também são espaço amplo para que se dê esta relação de cuidado, proporcionando não só o desenvolvimento de habilidade e competências, mas também a relação entre alunos e professoras. Vale lembrar que o desenvolvimento daqueles que se encontram nesta etapa de ensino se dá também na relação com os adultos. No uso do folclore, portanto, o professor é mediador, mas também as histórias mediam as relações daqueles que a utilizam (seja como docente ou aluno).

A contação de histórias, o incentivo através de jogos ou brincadeiras, o manuseio dos livros estimulam o gosto pela leitura. A leitura, neste campo da Educação Infantil, é um campo de experiências, como afirmam Caetano e Carmo (2020). Como campo de experiência, se articula num espaço para desenvolvimento da escuta, da fala, do pensamento e da imaginação.

O texto de Roveri (2014) mostrou diversos momentos em que, com o auxílio do folclore, através do Saci-Pererê, há o desenvolvimento das habilidades supracitadas. A criança escuta a folha da árvore que cai; escuta a professora que conta a história; fala com os pais sobre a ela; pensa explicações sobre os fenômenos que a cercam tendo por base o folclore; imaginam meios de capturar o saci. Desse modo, o folclore vai, aos poucos mostrando seus fundamentos dentro da educação infantil e a sinergia que existe entre os dois.

O ponto central do artigo de Caetano e Carmo (2020) está, notadamente, na entrevista com as professoras. As entrevistas foram realizadas a partir de um questionário semiestruturado. As professoras lecionavam em escolas públicas da cidade

de Rodeiro, município localizado próximo a Ubá, na região da Zona da Mata. Rodeiro é uma cidade pequena, com 6863 habitantes no Censo de 2006.

Um dos apontamentos importantes realizados pelas professoras estava na afirmação de que o folclore está ligado à cultura e aos costumes que são passados de geração em geração. Tendo em vista esta noção, elas evidenciaram que, no mês de agosto, em que se celebra o Dia do Folclore nacional, buscam em suas atividades trazerem os mais velhos para falar sobre as histórias da região (CAETANO; CARMO, 2020). Isto é muito relevante, na medida em que, por conta das novas estruturas sociais e do avanço da cultura digital, o espaço para ouvir os mais velhos e suas histórias têm sido perdido. Em alguns lugares, especialmente os grandes centros urbanos, foram perdendo o senso de ancestralidade que era muito forte antigamente.

As professoras entrevistadas reconheceram ainda o folclore como um material de múltiplas possibilidades e muitas finalidades. É possível, com ele, contar histórias, utilizar de fantoches e deboches e outras brincadeiras. A brincadeira, o lúdico, é fundamental na educação infantil e no incentivo a leitura. Uma das professoras (CAETANO; CARMO, 2020) afirma que a criança só aprende na medida em que tem contato com o lúdico. Por isso, é necessário incentivar a brincadeira na educação infantil como forma de desenvolvimento e aprendizado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso deste trabalho buscou fundamentar a seguinte afirmação: é possível e, sobretudo, muito proveitosa a utilização do folclore como brincadeira na educação infantil. Não se trata de fato novo, uma vez que tal prática é utilizada há algum tempo em muitas etapas do Ensino Básico. Contudo, a construção deste artigo buscou evidenciar as raízes legais, filosóficas, sociológicas e pedagógicas deste uso.

A princípio, denotou-se que há na legislação nacional acerca da educação como um todo e da educação infantil em específico o foco em três finalidades, a saber: o pleno desenvolvimento do educando, a formação cidadã e a educação para o trabalho. Estas finalidades são repisadas por muitos dos textos legisladores, pela Base, entre outros documentos.

Para entender como se dá essa finalidade na Educação Infantil, foi preciso discutir os princípios desta etapa do ensino, ainda segundo a legislação vigente. Neste sentido, encontrou-se os seguintes princípios: éticos, estéticos e políticos. Cada um

destes, quando articulado às práticas educativas, possibilita uma formação humana integral. Além disso, os direitos de aprendizagem da Educação Infantil, nomenclatura do PNE para o que é chamado na BNCC de conjunto de aprendizagens essenciais, traz consigo também uma série de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que devem ser desenvolvidos juntamente à criança. Neste sentido, destacou-se a aprendizagem essencial do brincar.

A leitura crítica dos documentos educacionais foi fundamental para apontar, o que é explícito em seus textos, o lugar da brincadeira consolidado dentro da Educação Infantil. As reflexões a partir deles, em especial quando tratou-se da formação cidadã e dos princípios éticos e políticos, evidenciou a plausibilidade do uso do folclore dentro desta etapa do ensino.

Isso ocorre porque o folclore transmite a tradição dos povos. Como foi evidenciado a partir de Arendt (2007), a educação, situada entre o passado e o futuro, deve ensinar às crianças como era o mundo daqueles que a precedem. Compreender o mundo predecessor é central para o agir cidadão no mundo contemporâneo.

Por fim, foi possível refletir a partir das práticas educativas que já vêm sendo feitas com o folclore. Neste lugar, foi possível perceber que estas histórias são úteis para integrar escola e comunidade, auxiliar o desenvolvimento do lúdico nos educandos e também criar neles a capacidade de explicar as coisas a partir destas histórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- HUIZINGA, Joseph. **Homo ludens**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.
- BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. _____ . Congresso Nacional. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.
- _____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). **Diário Oficial da União**. Brasília, 20 dez. 1996.
- _____. Ministério da Educação (MEC). Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil (DCNEI) – Parecer n. 20, de 2009.
- _____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- CAETANO, Natália; CARMO, Amanda. A utilização do folclore como incentivo à leitura: percepções de docentes da Educação Infantil. **Revista científica UNIFAGOC**, Caderno Multidisciplinar, Vol. V, n. 2, 2020.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020. 66ª ed.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- QUINTANEIRO, Tânia. Émile Durkheim. Em: QUINTANEIRO, Tânia (Org.) Um toque de clássicos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- ROVERI, F. T. Rodopiando com o saci-pererê: movimentos do brincar na Educação Infantil. **HOLOS**, Ano 30, Vol. 5, pp. 54-63, 2014.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.